

eram absorvidas pela direção e conjunto do movimento, sendo, na maioria das vezes, subestimada e incompreendida. A esse respeito, Lúcia, em entrevista a integrante do Geledés nos diz que:

[...] essas mulheres tinham muito presente a questão de gênero ou as suas questões específicas e não encontravam eco dentro do movimento negro pra discutir... E até hoje a gente tem muito problema pra discutir questões como violência, como aborto... essas questões que têm mais a ver com cumplicidade ou as questões mais pessoais... ainda são de enorme dificuldade. Porque assim: tem um certo espírito conspiratório, se você denuncia um homem negro.... “coitado ele é tão discriminado”.... Então, é aquilo que eu escrevi lá... naquele caderno, nos idos de 86, ou seja, que ainda não existe uma via de mão dupla pra solidariedade entre gênero e raça. Então, essas questões já estavam colocadas pra gente e aí, por outro lado tinha a nossa relação enquanto mulheres negras com o movimento feminista que também não dava conta, que também reproduzia certo discurso que hoje está muito em moda por conta das cotas.... “o problema é social e não racial”. É aí que se juntam essas mulheres... esse grupo de mulheres... pois a gente sempre se encontrava em eventos de encontros feministas, eventos de mulheres [...]

Essa descrição levanta algumas problemáticas com as quais as mulheres/militantes negras ainda se deparam, ou seja, a confrontação mais explícita do machismo e da violência dos homens negros, e, além disso, a ideia recorrente de que deve haver certa hierarquização das lutas. Nesse sentido, num primeiro momento, caberia às mulheres negras enfrentarem o dilema de ora privilegiar o recorte racial diante da questão de gênero, ora a questão de classe em relação às questões de gênero e de raça.

No que tange à questão da violência doméstica e sexual, o grupo já mostrava em seus textos a existência de um tabu em torno do tema, isto é, da dificuldade das mulheres negras, sobretudo entre as militantes, denunciarem publicamente a violência dos homens negros por se sentirem cúmplices da “selvageria policial” infligida a estes, entendendo, todavia, que cabe às mulheres negras denunciarem ou não a violência, pois diante deste fenômeno não deve ser utilizado o argumento da solidariedade racial (Cadernos do Geledés, 1995, p.12).

Não obstante a citação desse tema, não foram observadas, nos textos e nos discursos mais formais e mais recentes do grupo, outras menções a esse respeito. Contudo, como muitas outras organizações feministas, possui ações dirigidas a essa questão⁷⁰.

⁷⁰ Trata-se da Assistência jurídica e psicossocial às mulheres em situação de violência. Nesse projeto, a partir de oficinas de auto-ajuda procura recuperar a auto-estima das mulheres, encaminhadas pelos movimentos de mulheres, movimento negro, delegacias de mulher entre outros. Disponível em: http://www.geledes.org.br/area_de_atuacao/sosracismo.htm#pt. Acesso em: 26 jul. 2023.

Logo, o desejo e a necessidade de se construir uma política identitária própria, fundamentou a fala e as ações das afro-brasileiras, pois estas não sentiam as especificidades do “ser negra” contempladas nas plataformas e lutas políticas tanto do movimento negro quanto do feminismo, evidenciando também a ausência de políticas públicas direcionadas às suas condições de vida. Além disso, em relação ao feminismo, as mulheres negras nutriam uma atitude de certa rejeição às suas teses, pois não enxergavam impressas as suas experiências (Carneiro, 1993). Dessa forma, Lúcia, explica:

Eu acho que o Geledés vem de alguma maneira suprir (não sei se é essa a palavra), mas certa ansiedade que havia entre algumas mulheres, em relação às suas questões específicas e em relação também à sua autonomia. Porque tinha uma discussão aí que era: tem feminismo negro? Bom, tinha um feminismo que não dava conta e isso ficou provado, que tinha um feminismo que não dava conta das questões raciais. Dava conta – um pouco ainda – das questões mais populares, quer dizer, luta por creche, luta pela carestia (....). Por outro lado, existia um movimento de mulheres negras, que tradicionalmente se organiza dentro do movimento negro, mas essas mulheres tinham muito presente a questão de gênero ou as suas questões específicas e não encontravam eco dentro do movimento negro pra discutir [...] Eu tenho uma formação de movimento feminista. A gente se conhece aqui, as mulheres do Geledés, desde muito tempo [...] Até que alguém teve a ideia [...] por que não uma organização de mulheres negras? Por que não ousar? Então, a ideia foi essa... sentamos e dissemos... e eu nunca vou esquecer da frase: “nós queremos uma organização que não pese sobre nós”... é quase um clube de amigas pra poder pensar... por isso, ele vem com o nome de Instituto... é pra pensar... produzir... formular teorias, quer dizer, em nenhum momento era pra ser esse “inferno de Dante” que se transformou a organização.

A fala acima reitera, portanto, a necessidade dessas agentes exporem as omissões e as divisões presentes no interior dos movimentos negro e feminista até então ofuscadas, revelando o sentimento de um pertencimento não integral nesses dois movimentos. Além disso, sugere-nos a presença de conflitos entre as experiências subjetivas e a constituição de uma identidade grupal e o quanto estas podem mobilizar os agentes sociais a se organizarem.

Afora o fato de patentear as questões específicas e a autonomia política das afro-brasileiras, havia ainda a ideia de superar o denunciismo, por vezes comum nos discursos do movimento negro, propondo a configuração de outros mais propositivos. Essa questão é comentada por Lúcia quando se refere às intenções do grupo:

A gente pretendia mesmo – esse grupo de amigas – pensar o feminismo, pensar essa coisa de gênero, que era uma coisa que estava surgindo, pensar as questões específicas como violência, porque, de verdade, não havia

formulação... O que havia no movimento de mulher negra, de forma geral era quase uma política... não sei se dá pra chamar de política mas de denunciismo.... A gente ia para os movimentos dizer: “você não incluem, você nos discriminam... o movimento é racista.... etc...” Então, havia como um movimento de identidade, de denunciismo, mas quase nada de formulação como: “não queremos isso e queremos o que”? Então, nós viemos cheias de gás e ideias.... imagina que isso foi há dezoito anos atrás.... pra pensar: “vamos aprofundar essa história... vamos ver o que é isso de feminismo negro”... A gente já tinha algumas teóricas como a Lélia Gonzalez, a grande teórica nossa... Então, baseado nela, que era de uma organização mista e que pensa uma organização de mulher negra autônoma... E a gente queria ser uma organização autônoma do movimento negro e do movimento feminista... A gente não queria formar uma outra organização ou ir para dentro de uma organização mista, do movimento negro ou de uma organização do movimento feminista... aí criamos a tal da intersecção.

O ponto de vista da interseccionalidade, assim denominado pelas teóricas do feminismo negro nos Estados Unidos, enfatiza a ideia da variabilidade das formas de dominação nas quais os sujeitos e os grupos sociais estão envolvidos e que, dessa forma, o patriarcado e o racismo devem ser vistos como fenômenos indissociáveis, nas análises e lutas referidas dos sujeitos e dos grupos sociais. Porém, para algumas autoras, apesar desta perspectiva teórica trabalhar com a ideia de integralidade dos indivíduos e grupos, ainda não é suficiente, na medida em que mantém um viés analítico ocidentalizado, não considerando as possibilidades culturais de raízes africanas (Werneck, 2005).

Mesmo não sendo uma questão consensual entre as militantes negras, para as integrantes do Geledés, já de início, a noção da intersecção fundamentou-se como uma proposta tanto teórica quanto de ação política. No plano teórico, significava entender a coexistência entre machismo, racismo e exploração de classe, propondo então o cruzamento das questões de gênero, raça e classe social nas análises e propostas dos movimentos sociais, defendendo, no plano político, a ideia de dupla militância como uma postura necessária para o movimento de mulheres negras⁷¹.

Considerava-se, portanto, a perspectiva de que o debate referente à condição das mulheres negras se refletiria no interior do movimento negro e do movimento feminista, sensibilizando cada vez mais estes espaços políticos para as discussões referentes ao racismo e ao sexismo. Dessa forma, impunha-se a constituição de organizações de mulheres negras

⁷¹ Neste aspecto, é importante frisar que, ao mesmo tempo em que o sexismo e o racismo mereçam ser analisados em conjunto, isto não implica uma relação puramente aditiva, pois cada um possui suas formas discriminatórias e de exclusão próprias. Assim, deve-se levar em conta a “teia de poder multidimensional entre as estruturas racistas e sexistas e que estas dimensões atravessam os vários indivíduos masculinos e femininos isolados” (Scholz, 2004, p.25).

com vozes próprias, isto é, autônomas, com crescente capital político e independentes de outros movimentos (Carneiro, 1993)⁷².

Ao proporem a independência política de suas organizações, com a presença de mulheres de diferentes setores, sejam elas do movimento negro, sindical, popular e partidário, as afro-brasileiras passaram a defender um movimento com as seguintes características:

De maneira geral, pensamos e buscamos construir um Movimento de Mulheres Negras, plural, horizontal, democrático, onde caibamos todas. Com nossos diferentes tipos de militância, de disponibilidade de tempo, de opções político-partidárias, ideológicas, religiosas, de orientação sexual etc. Um movimento que possibilite a reafirmação de nossa identidade e auto-estima, e que nos impulse para a ação. Enfim, um Movimento que tenha a nossa cara, a nossa força, nossos anseios e necessidades. (Cadernos Geledés, 1995, p.20)

A despeito de ter se configurado, já de início, com o perfil de uma ONG (e, portanto, muitas vezes limitada pelos condicionamentos presentes neste campo político), o princípio de autonomia continua presente nos discursos do grupo.

Atualmente, o significado desse tema é assim definido por Vera, integrante do grupo:

Um conceito que pesa muito pra gente é o conceito de autonomia, não estar atrelado a partido político... nunca... nunca... Outro sentido de autonomia é não estar ligado a parceiros financeiros que desenvolvam algum tipo de ação que vai contra as ações que os movimentos desenvolvem. Mas, eu acho que a questão da autonomia política – de não estar atrelado a partido político – ela efetivamente dá autonomia para que possamos inclusive conversar com todos os partidos políticos, conversar com todos os governos, sem que isso venha oferecer algum abalo pra nossa missão institucional que é o empoderamento das mulheres e da população negra, ou seja, o combate ao racismo e ao sexismo... E a gente sabe que essas questões, de racismo e de sexismo nos são muito preciosas e também não é fácil pra sociedade como um todo discutir. Então, você tem autonomia quando você não está atrelada a nenhuma ideia que não seja essa de emancipação. Eu acho isso.

⁷² É importante destacar que o debate sobre a autonomia e a questão da dupla militância não era consensual entre as mulheres negras. Carneiro (1993, p.12-13) expõe as diferentes perspectivas debatidas durante a década de 1990, mostrando que havia, por exemplo, aquelas que acreditavam que a problemática da mulher negra seria mais um dos aspectos da opressão e marginalização social do negro e que, portanto, a questão relativa a estas deveria ficar subordinada ao calendário do movimento negro. Uma segunda visão seria a de entender que as articulações deste grupo específico deveriam assumir cada vez mais o feminismo com autonomia em relação ao movimento negro. Haveria também uma terceira perspectiva que postulava uma ligação entre o tema da mulher negra com aqueles ligados às diferenças entre as classes sociais. E, enfim, uma quarta posição, na qual se destaca aqui o grupo Geledés, cujas propostas baseiam-se na ideia de que a ação das mulheres negras deveria se destacar como um movimento de massas articulado tanto com o movimento negro quanto com o movimento de mulheres. Nessa perspectiva, entende-se, nas palavras da autora, que as “especificidades de ser mulher negra implicam politicamente em carregar as bandeiras de luta destes movimentos”. Convém ressaltar, ainda segundo a autora, que essas posições políticas das mulheres negras seriam muito mais posições latentes ou embrionárias sem que nenhuma delas, naquele momento fossem consideradas hegemônicas.

Portanto, sobressai aqui o conceito de autonomia como independência político-organizacional, especialmente dos partidos políticos, não sendo destacados os outros significados desse termo como a autodeterminação, seja ela de outras identidades sexuais, raciais ou de reivindicações de espaços próprios dentro do campo feminista.

As discussões sobre a perda de autonomia do feminismo ganhou destaque, ainda, a partir da crescente institucionalização do feminismo, ou do conhecido e já citado fenômeno da “onguização”, considerando-se por vezes o movimento feminista como um vasto campo de ONGs especializadas, profissionalizadas e burocratizadas⁷³. Além disso, teriam se transformado em referências hegemônicas e assim consideradas porta-vozes legítimas do campo feminista nas discussões de acordos e políticas públicas direcionadas aos direitos das mulheres.

A esse respeito, Vera, em entrevista, diz que acredita que a institucionalização não trouxe perdas para o movimento, pois “tem muita gente que é movimento. Assim como tem muita gente que é movimento negro e não organização.” Dessa forma, acredita que as ONGs “representam uma parte das ações...”. Para ela, não haveria conflito, pois cada um desses segmentos tem suas posições bem delimitadas.

Nesse aspecto, a organização atua juntamente com o Fórum das Mulheres Negras de São Paulo, que é considerado autônomo e composto por mulheres independentes, dos bairros, e mulheres integrantes de ONGs. Portanto, para essa integrante, não há conflito com a questão da institucionalização. Já Lúcia, embora reconheça a fragmentação e a “onguização” do feminismo (“o que determina é o trabalho”), enfatiza que:

O Geledés sempre teve uma coisa híbrida, ele sempre foi ONG sem deixar de ser movimento. Se você pegar nossa história ao longo dos 18 anos... nós estivemos em todas as passeatas, em todos 08 de março, em todos os 20 de novembro em que está o movimento social. Nós estivemos presentes em todos esses processos... então, a gente sempre foi muito híbrido. Agora, tem esse lado do movimento, que obviamente cobra e continua cobrando... e a gente desistiu de ficar justificando... e aí é fazer o que é necessário....

Portanto, da mesma forma em que há a valorização de manter o intercâmbio com o movimento de mulheres, Lúcia acredita, sobretudo, no objetivo de atuar de maneira mais propositiva e pragmática, para especificar a condição de vida das mulheres negras. Porque,

⁷³ Considera-se que a “onguização” do feminismo, além ter gerado lutas e disputas por recursos internacionais e governamentais, significou também o direcionamento para temas da moda, a criação de uma elite feminista e a conseqüente despolitização do movimento feminista (Falquet, 2003).

como disse, se “você não tem dados, se você não viabiliza, quantifica e qualifica essas questões não tem como - principalmente na atual conjuntura – reivindicar”.

Percorrendo os periódicos da organização, nota-se que as plataformas políticas das afro-brasileiras têm citado as questões de redistribuição, ou seja, trabalho, habitação, saúde, educação, destacando a crescente feminização da pobreza, além das discussões e colaboração em campanhas específicas direcionadas às mulheres como projetos de combate à violência sexista e racial, em campanhas contra a descriminalização do aborto e a implementação de serviços públicos direcionados à saúde da mulher e aos direitos reprodutivos – sobretudo das afro-brasileiras. Essas reivindicações são definidas conforme as conjunturas e os acordos firmados em eventos organizados pelas mulheres negras⁷⁴.

No tocante aos problemas específicos da mulher negra, o grupo enfatizou, inicialmente, a questão de saúde, como, por exemplo, o tema da esterilização.

Devemos lembrar que principalmente, durante a década de 1990, as agências financiadoras internacionais privilegiaram determinados temas. Assim, para Lúcia, a crescente especialização dos temas trabalhados pelas ONGs de mulheres acabaram contribuindo para o esquecimento de determinados assuntos cujas problemáticas estariam relacionadas, sobretudo, às mulheres negras. Dessa forma, segundo ela, esta questão:

[...] tem a ver fundamentalmente com a Fundação MACARTHUR. E aí você falava ‘eu quero trabalhar com comunicação, mas tem que ter saúde... eu quero trabalhar geração de renda... mas tem que ter um viés de prevenção de saúde... Então teve um momento... Agora, é verdade sim que se você não tivesse trabalhado saúde você ficava sem mobilidade... então nós deixamos a violência e está retomada agora.... a luta por creche que era uma bandeira do movimento de mulheres... dançou... a questão do trabalho... Então, o feminismo até hoje nunca enfrentou duas questões: prostituição e trabalho doméstico... é tabu... E aí... as mulheres negras dizem com toda a razão... a gente dizia isso nos anos 80 e pouco... bom pras mulheres brancas estarem (você tinha dez mulheres brancas nesses espaços da academia) pra que elas estejam lá... tem que ter mulher negra cuidando da criança, fazendo comida, limpando a casa... etc... e isso era jogado pra debaixo do tapete... e ainda está.

Este relato evidencia os dilemas colocados diante da ONGs, pois, mesmo havendo a possibilidade de ocupar espaços e brechas para desenvolver temas fundamentais ligados às

⁷⁴ A esse respeito ver Cadernos Geledés (1995, p.22). Nessa mesma fonte, encontram-se as referências sobre os primeiros eventos e campanhas organizadas nacionalmente pelas afro-brasileiras, entre eles, para citar alguns: II Encontro Nacional de Mulheres Negras/Salvador/Bahia, 1991; Campanha Nacional contra a Esterilização em Massa de Mulheres Negras; I Seminário Nacional de Mulheres Negras/Atibaia/SP, 1993; II Seminário Nacional de Mulheres Negras, 1994; e, no âmbito da América Latina em 1992, foi realizado o I Encontro Latino-americano e do Caribe de Mulheres Negras ocorrido na República Dominicana.

mulheres, confirma-se o preço de ter que submeter-se aos interesses que por vezes em certos momentos não são os mais importantes para a militância feminista (embora não se deva desprezar a questão da saúde da mulher como uma problemática essencial). Além disso, a fala acima reitera as divergências das afro-brasileiras diante do movimento feminista.

Apesar desses desafios, o grupo, visando desenvolver propondo o valor da comunicação como instrumento de empoderamento das mulheres e tal qual outras ONGs, desenvolve o projeto Promotoras Legais e Populares⁷⁵, cujo objetivo é o de capacitar certas mulheres, principalmente de bairros periféricos e carentes, como agentes e, sobretudo, como lideranças comunitárias as quais trabalhem em torno de temas ligados à justiça, isto é, ao direito civil, de família etc. Dessa maneira, conforme Vera diz em sua entrevista “[...] é isso que a gente fala da questão do empoderamento. Isso é empoderamento. Como você oferece o empoderamento através, única e simplesmente do conhecimento, da informação”.

Em termos de participação e articulações políticas mais amplas, devemos lembrar que a década de 1990 adquiriu particular importância para o movimento das afro-brasileiras, pois foi o período em que ocorreu o ciclo de conferências organizado pelas Nações Unidas, cujos debates exploraram a temática de gênero e do racismo⁷⁶.

Segundo Alvarez (2000), os processos desencadeados pela ONU renovaram as perspectivas feministas por justiça de gênero no Brasil e na América Latina, pois fizeram com que demandas antigas como políticas públicas equitativas e direitos reprodutivos passassem a fazer parte, de forma corrente, nos documentos oficiais da ONU. Além disso, o processo de Beijing, no qual se configurou a Plataforma de Ação para superar as desigualdades de gênero, não confirmou somente um diagnóstico da situação das mulheres, mas também gerou o estabelecimento de diretrizes para superar as desigualdades entre estas e estabelecê-las como sujeitos de direitos. Os temas ligados à sexualidade e aos direitos reprodutivos, por exemplo, mesmo que não tenham sido incorporados legalmente, ganharam destaque nos debates nacionais e internacionais (Heilborn, 1995, p. 302).

⁷⁵ O ideal e formato deste projeto são originários do México, tendo sido introduzido no país pela União de Mulheres de São Paulo e pela THEMIS no Rio Grande do Sul. Segundo a integrante do Geledés, as mulheres são formadas e trabalham como “promotoras” em suas regiões. No entanto, atualmente, a entidade tem oferecido mais assessoria do que capacitação para estas.

⁷⁶ Às conferências mundiais e decenais, organizadas pela ONU desde a década de 1970, incluem-se ainda as conferências intermediárias e as conferências preparatórias anunciadas por esta para promover os debates nos níveis nacional e regional. Neste ciclo de Conferências destacam-se a ECO 1992 (Rio de Janeiro), a Conferência Internacional de Direitos Humanos (Viena, 1993), a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), a IV Conferência Mundial da Mulher (Pequim, 1995) e a III Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Durban, 2001).

Nesse contexto, sobressaíram-se as reivindicações brasileiras a respeito das questões de raça e etnia, levando o país a se posicionar de maneira enfática pela explicitação das diferenças raciais, desde que, no entanto, essas não permanecessem como uma barreira para a igualdade entre as mulheres (Machado, 1995).

Por outro lado, numa perspectiva mais autonomista deve-se considerar até que ponto as instâncias internacionais como a ONU, visando uma “boa governança” mundial e um desenvolvimento “consensual”, não acabam por vezes impondo interesses opostos ao das mulheres e das ideias feministas de transformação (Falquet, 2003)⁷⁷. Essas questões têm sido levantadas e debatidas, particularmente, pelo movimento feminista latino-americano e do Caribe no qual as correntes mais autônomas do feminismo tem a oportunidade de manifestar-se.

Essa esfera e agendas políticas têm estado presentes em discussões mais recentes, em que as integrantes do Geledés enfatizam a importância que o processo e a Conferência de Beijing tiveram para as afro-brasileiras, tanto para ganharem visibilidade dentro do feminismo como para enfocar a temática da diversidade e da especificidade das condições de gênero.

Lembrando esse fato, ao falar sobre a questão da diferença e do campo de forças no interior do campo feminista, Vera nos diz ressaltando:

[...] Eu acho que o trabalho das mulheres negras culmina com o reconhecimento do movimento feminista em Beijing. Eu acho que Beijing é um marco, em que as questões das mulheres negras são colocadas no documento final e isso foi um ganho. Foi um ganho para o movimento de mulheres negras, você tem o reconhecimento internacional, que era a primeira dama, Ruth Cardoso, que estava fazendo esse reconhecimento... Não da questão da dívida histórica, mas de que haveria a necessidade do olhar diferenciado para a questão da mulher. Então eu acho que Beijing culmina com todo o trabalho que as mulheres negras vinham desenvolvendo anteriormente, para que, naquele momento, muito especial, do movimento feminista mundial, a questão racial fosse introduzida no documento oficial. Eu acho que a partir daí, ficam muito mais fáceis as relações... e é esse reconhecimento de que há diferenças sim e que temos que tratar diferentemente essa questão de mulheres negras e de mulheres brancas.

A esse respeito, Nilza Iraci, feminista negra, militante do Geledés também frisou a importância que as afro-brasileiras tiveram em convencer o governo brasileiro a incluir dados e referências sobre a questão de raça no relatório oficial da ONU (*apud* Alvarez, 2000, p.

⁷⁷ Para essa autora, por exemplo, muitos programas de apoio às mulheres sustentados pela ONU, combinam-se harmoniosamente com as políticas aventadas pelo FMI e Banco Mundial, fazendo com que as ONGs de mulheres deixem de analisar a questão da feminização da pobreza como o resultado de uma relação de gênero e da relação capital/trabalho (Falquet, 2003, p.10).

397), embora se reconheça que, atualmente, os processos desencadeados pela ONU (além da QCMR em 1995, bem como a avaliação dos acordos internacionais chamados os + 5 ou +10) deixaram de ser centrais para o movimento de mulheres, devido a novos espaços conquistados e, ainda, pela crise estrutural dessa organização.

Esta representante destaca, também, a importância de as mulheres e feministas não se esquecerem dos acordos feitos em nível internacional. Ou seja, na era atual de fundamentalismos, de conservadorismo, e feminização da pobreza é fundamental para os movimentos de mulheres evitarem retrocessos nos direitos humanos, sexuais e reprodutivos (Iraci, 2005).

Para as afro-brasileiras, portanto, não se deve deixar de considerar a relevância dos processos internacionais, sistematizados pela ONU e dos engajamentos a movimentos locais e globais.

A partir dessas posturas políticas, e da mesma maneira que outras ONGs, em busca de capital político, o grupo trabalha com a perspectiva internacionalista e, dessa forma, participa e mantém articulações com redes nacionais e internacionais.

Foi nesse sentido que participaram da criação da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras⁷⁸ que, segundo Lúcia, surgiu para:

[...] discutir a Conferência, qualificar as mulheres pra intervir no espaço nacional e internacional e aí tem uma dimensão incomensurável a ponto da Mary Robinson que era do alto comissariado de Direitos Humanos, dizer no discurso da ONU: ‘as mulheres afro-descendentes, em especial as brasileiras das Américas, fizeram toda a diferença na conferência’. Então, nós fizemos um ‘país’, criamos documentos, fomos em todas as pré-conferências [...] criamos um manual de mídia e *advocacy*, criamos boletins pra conferência... e é isso que faz a diferença. Agora, isso você não faz impunemente. ‘Bom elas estão fazendo isso’... só que ‘elas’ eram 23 organizações de mulheres negras... não eram mais o Geledés... isso criou um problema de disputa... com a própria AMB, de disputa por recursos.

O fato relatado, além de mostrar as ações das afro-brasileiras e a inserção destas em campos políticos variados, também evidencia como a crise financeira – na qual as ONGs

⁷⁸ Essa Articulação surgiu no contexto da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas ocorrida em Durban, na África do Sul, de 28/08 a 08/09 de 2001. Possui como missão articular a ação política de organizações de mulheres negras, na “luta contra o racismo, sexismo, opressão de classe, homofobia e outras formas de discriminação, contribuindo para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade equânime” (Articulação de ONGs de Mulheres Brasileiras, 2003, p.3).

estão imersas atualmente - pode gerar disputas e afetar o campo feminista⁷⁹. Esse aspecto é comentado por Vera como “terrível” pois, para ela:

[...] hoje todas as ONGs têm um único problema que é de sustentabilidade e isso não é exclusivo de nenhuma. Todas as ONGs. Porque a grande dificuldade é: primeiro, a gente não sabe fazer marketing da gente mesmo, a gente assovia e chupa cana porque tem que administrar e tem que fazer política. Então... eu acho que agora, as ONGs já perceberam a necessidade de você ter um administrador, de você ter quadros burocráticos pra gerir. Mas, todas, sem exceção sofrem de problema de sustentabilidade. E que produto a gente vende? A gente não vende serviço. Se você não está diretamente ligada ao produto então fica muito difícil. Então, a situação das ONGs é mais difícil... é muito complicada.

Embora já discutido em outras análises, este dado confirma algumas características e problemáticas que envolvem essas organizações como sua frágil institucionalização e sua instabilidade financeira (Pinto, 2006). No mais, pode também indicar a necessidade de se repensar a questão da profissionalização e a especialização desse subcampo feminista.

Na trajetória de organização das militantes afro-brasileiras, podemos encontrar a ênfase em determinadas estratégias e ações políticas em torno das quais essas mulheres buscam constituir um capital político.

O fortalecimento dessas ações, como veremos, dar-se-á também por meio da configuração de um discurso voltado, cada vez mais, para a afirmação de uma identidade distinta, visando o reconhecimento bem como a eliminação das desigualdades que marcam a vida das mulheres negras.

E em se tratando de um modelo identitário, conforme Lúcia, em seu depoimento, a novidade com a criação do Geledés é que o surgimento de uma organização com esse perfil “estimula a criação de um bando de filhotes, de organizações autônomas de mulheres negras no país inteiro que vão saindo...” e, segundo ela, a grande maioria advinda do movimento negro misto⁸⁰.

Importa frisar é que, nesses discursos e ações feministas, destacam-se determinados desafios, impasses, contradições, bem como as possibilidades desse subcampo feminista.

⁷⁹ As integrantes das três ONGs analisadas relataram essa questão, aguçada pela decisão dos organismos internacionais de financiamento transferirem seus recursos sobretudo para a África e Ásia. No caso do Geledés, pressupõe-se que essa realidade torna-se mais problemática na medida em que a instituição não recebe recursos do governo, mas unicamente recursos internacionais, segundo uma das integrantes do grupo. Além disso, esta confirma a existência, no momento, de apoio somente para projetos com características bem específicas e prazos determinados e não um apoio institucional como ocorria anteriormente.

⁸⁰ Cita organizações como: o Criola/ RJ, o Instituto de Mulher Negra do Amapá, o INEGRAS de Fortaleza.

4.2 Diferença e Reconhecimento

Durante as últimas décadas, a necessidade do feminismo se consolidar como movimento social e como uma representação política capaz de referir-se às “mulheres”, resultou, por vezes, na homogeneização e normatização do discurso feminista, bem como do próprio sujeito feminino. Como nos mostra Butler (2003), essa postura pode ser encontrada em determinadas categorizações feministas, tal qual na noção do patriarcado, cujos fundamentos, visando confirmar determinadas representações e reivindicações do feminismo, acabam por generalizar a ideia de uma experiência comum das mulheres, sem levar em conta as divisões raciais, classistas, étnicas e sexuais⁸¹.

De fato, essa questão ganhou destaque, sobretudo a partir da temática das identidades, em que foram debatidos seus fundamentos no seio de algumas vertentes (sobretudo, no feminismo da diferença), bem como a partir das discussões relacionadas às políticas de reconhecimento⁸². Ao mesmo tempo, outro debate foi se constituindo em torno desse tema e revelado, por meio de uma crítica das mulheres negras, latinas e lésbicas, a um feminismo dominante considerado excludente e criador de uma identidade homogênea, a qual representaria somente as mulheres brancas, heterossexuais, de classe média e burguesas (Curiel, 2003).

Embora seja discutível uma tipologia do feminismo, dado que suas linhas teóricas e práticas se entrecruzam e se interpõem, em linhas gerais, o feminismo tem discutido a questão da identidade a partir de duas linhas de interpretação. Desse modo, há as que consideram todas as identidades como ficções repressivas (Butler, 2003) e outras que as consideram como dignas de reconhecimento. Nesse sentido, as primeiras acreditam que as identidades raciais, por exemplo, “trazem consigo essencialismo e etnocentrismo” e, portanto, defendem a não utilização dessa categoria, pois esta sectariza os grupos sociais⁸³. Por outro lado, há aquelas

⁸¹ Essa autora tem questionado a ideia de uma identidade substantiva referida, sobretudo à categoria de gênero, defendendo a ideia de que este pode ser entendido como uma *performance* e não uma identidade.

⁸² No que tange à noção de identidade, a bibliografia sobre o tema tem nos mostrado que, sem dúvida, trata-se de um tema complexo, pois, como nos mostra Curiel (2003, p.8), envolve as dimensões psicossociais relacionadas ao individual e ao social. Dessa forma, conforme a autora, no nível individual pode-se entendê-la “como um processo íntimo e subjetivo” em que os sujeitos, a partir de suas experiências, representações e referências singulares se relacionam com os outros e consigo mesmo. Já no plano coletivo, pode-se concebê-la como as referências que “regem os interrelacionamentos das integrantes da sociedade e dos grupos diferenciados da mesma”. Importa destacar que a visão sociológica da identidade se insere numa estrutura de fatos e conflitos sociais. Dessa forma, não é estática, alterando-se de acordo com os processos históricos.

⁸³ A identificação dessas posturas nem sempre são encontradas de maneira evidente, pois a partir desse viés acham-se tanto as feministas pós-modernistas como as que não se enquadram no ideário pós-moderno. Todavia, estas consideram que as políticas de identidade constituem “erros políticos e que não desmascaram as verdadeiras causas da subordinação e exploração evidenciadas pelos fatos históricos” (Curiel, 2003, p.8).

que, como várias mulheres negras e algumas lésbicas, acreditam que as identidades são estratégias fundamentais de “sobrevivência humana e política”, considerando que para que haja transformações sociais é necessário uma reafirmação subjetiva radical (Curiel, 2003, p.8).

Paradoxalmente - visando superar universalismos presentes nas noções teóricas e políticas feministas – a ideia de identidade unívoca tem sido questionada por coletivos de mulheres negras, fundamentalmente a partir das políticas de identidade, as quais abrangem ações de valorização e recriação da cultura africana (culinária, estética, música, dança)⁸⁴. A partir desses elementos culturais, buscam-se desenvolver espaços de reflexão onde essa identidade seja reforçada positivamente e valorizada pelas mulheres negras (Curiel, 2003). Nesse sentido, encontra-se aí presente um dos princípios fundamentais defendidos pelo feminismo, que é a possibilidade de autodeterminação do sujeito.

Todavia, acreditamos que se, por um lado, os modelos identitários, baseados na ideia de autoconstrução do sujeito nos levam a pensar na diversidade dos feminismos e na multiplicidade de experiências feministas, sabemos que, no outro extremo, corre-se o risco da essencialização, reforçando assim alguns estereótipos, dicotomias e segregações. Por conseguinte, certos limites das políticas identitárias devem ser ressaltados, em especial se aludirmos aos princípios feministas como a desconstrução de naturalismos e binarismos.

O grupo de mulheres aqui analisado, ao recorrer à noção de identidade, consideram, por exemplo, que, num primeiro momento, a afirmação da identidade significa a reafirmação de uma subjetividade constituída e marcada historicamente pela colonização e escravidão e cujos condicionamentos permanecem como definidores das experiências e representações das mulheres negras, fazendo, no dizer de Curiel (2003, p.1), com que o “ser negra seja uma situação, desvalorizada, depreciada e muitas vezes negada”.

Para além da constituição de uma identidade específica, segundo Carneiro (2002), coordenadora executiva do Geledés, nessa identidade, marcada pelo chamado “estupro colonial”, perpetrado pelos senhores brancos portugueses sobre as negras e índias, estariam inscritas a origem de todas as construções sobre identidade nacional. No mais, conforme essa autora e militante (Carneiro, 2005, p.22), ainda hoje, as afro-brasileiras fazem parte de um

⁸⁴ É sabido que as políticas de reconhecimento têm recorrido ao padrão da identidade. Assim, nesse modelo o que se busca é o reconhecimento da identidade específica de um grupo. Nesse padrão entende-se que o não reconhecimento de identidades singulares pela cultura dominante perpetua a depreciação destas, trazendo como consequência prejuízos à subjetividade do grupo. Para tal política compreende-se que para superar esses danos é necessária a criação e a valorização de uma cultura própria. Dessa forma, a política de reconhecimento significa uma “política de identidade” (Fraser, 2007, p. 106). Essa autora vem tecendo críticas a essa política e propondo um modelo de reconhecimento baseado no *status* e na paridade de participação.

“contingente de mulheres com identidade de objeto”. Se no passado para servir às “frágeis senhoritas e nobres senhores tarados”, no presente como “empregadas domésticas de mulheres liberadas”.

Nesse sentido, o grupo tem elaborado como estratégias discursivas e políticas, a afirmação de uma subjetividade singular, e a busca de reconhecimento das diferenças identitárias pelo campo feminista, pelo conjunto dos movimentos sociais e pelas organizações políticas nacionais e internacionais.

Consoante a esse objetivo, as afro-brasileiras entendem que é necessário não perder de vista as características do passado das mulheres negras, apontando determinadas singularidades de suas ações na história das mulheres no Brasil e enfatizando, sobretudo, as lutas e resistências cotidianas nas quais suas ancestrais recorreram, desde a escravidão até os dias atuais para assegurar “a subsistência, direitos sociais e políticos e qualidade de vida para si, seus familiares e sua comunidade” (Cadernos de Texto, 1995, p.16).

A imagem da mulher negra como ativa e resistente, sobretudo diante das mazelas da escravidão ou a representação de insubmissão aos variados processos de dominação, compõem-se como elemento definidor de uma identidade distinta em que as afro-brasileiras buscam se espelhar, evidenciando as diferenças em relação às mulheres brancas e as divergências em relação ao feminismo.

Assim, conforme estas, as oposições, ainda presentes, entre as mulheres negras e brancas advêm dos resquícios do patriarcalismo, da escravidão e do racismo, bem como do impacto da diáspora africana, a partir do tráfico de escravos, na vida das mulheres negras (Werneck, 2005). Fatos esses, que se exemplificariam na outrora e ainda presente condição das mulheres negras como trabalhadoras domésticas. Além disso, nessa visão, o que poderia ser considerado como “lembranças do passado colonial” estão ainda presentes, no imaginário social por meio de novas roupagens e funções.

Assim, Carneiro (2003, p.4) observa que a condição histórica de trabalhadora das mulheres negras, isto é, de “pau para toda obra”, já as destituiria do mito da fragilidade feminina, associado às mulheres brancas na cultura patriarcal. Para a autora, essa representação das mulheres negras:

[...] distancia-se da visão idílica da mulher consagrada na tradição cultural patriarcal que tem no mito da fragilidade feminina o seu suporte, situando-a numa zona imprecisa entre o masculino e o feminino que engendra uma forma específica de identidade feminina. Desvela, também, uma forma específica de violência contra essa mulher na qual a raça e a cor da pele determina a negação ou relativização da condição feminina, privando as

mulheres negras dos “zelos e cuidados” tributados ao feminino pela ideologia patriarcal – malgrado a opressão que essa tutela masculina contém. Esse *part pris* contribui, ainda, para consagrar as mulheres do grupo racial hegemônico o padrão privilegiado de mulher em detrimento das mulheres do grupo racial dominado.

Dessa forma, esse fato já seria uma pré-condição para as mulheres negras não se identificarem com o feminismo branco e ocidental. A esse dado soma-se, ainda, o alheamento do discurso “clássico” em relação à experiência histórica específica das afro-brasileiras, gerando condicionamento para a não construção de uma unidade de luta das mulheres.

Em texto seminal sobre a construção da identidade feminista das afro-brasileiras, Carneiro (1993, p.5) expôs a importância da luta das mulheres pela conquista da cidadania, isto é, dos seus direitos específicos no mercado de trabalho, na saúde, na educação, do direito aos métodos de contracepção, bem como da eliminação da violência doméstica. Todavia, questionava ao movimento feminista se as suas demandas representariam todas as mulheres, pois:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?

Nós mulheres negras fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca foram tratadas como frágeis.

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas, etc. Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deviam ganhar as ruas e trabalhar!

Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados.

Hoje empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou mulatas tipo exportação.

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando?

As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como as anti-musas da sociedade brasileira, por que o modelo estético de mulher é a mulher branca. [...]

Ainda, segundo Carneiro (2003, p.5), numa postura crítica, o histórico de diferenças entre ambos os grupos vem marcando as divisões passadas e ainda presentes no movimento feminista brasileiro, pois:

Das contradições entre mulheres brancas e negras no contexto patriarcal resultou uma herança negativa de desconfianças e ressentimentos que irão

marcar as dificuldades de construção de solidariedade e cumplicidade entre negras e brancas no contexto do movimento feminista. Porque a herança perversa de todo esse ideário racista e sexista se manifesta nas intensas desigualdades entre mulheres no presente.

Já sem enfatizar demasiadamente as divisões, Lúcia nos diz, em sua entrevista, que a questão da resistência das mulheres negras ao feminismo está ligada “com aquela coisa mais antiga que é o movimento branco, de classe média, das mulheres que viajam... e não da radicalidade...”, presente nas propostas feministas.

Portanto, no tocante à questão das separações e divergências entre negras e brancas, observa-se que o movimento das afro-brasileiras tem feito questionamentos mais categóricos ao feminismo ocidental e como este vem tratando a questão racial.

Para Werneck (2005, p.28), por exemplo, parceira e interlocutora do Geledés, o feminismo constituído pelas mulheres brancas, burguesas e européias se fundou numa ignorância profunda sobre as outras mulheres do mundo. Esse seria um dos motivos pelos quais, para as mulheres negras, esse movimento exerceu um papel de rechaço e atração. Pois, se, ao mesmo tempo em que os fundamentos pregados pela teoria feminista como vivência grupal e solidariedade, valorização do corpo e da sexualidade se aproximavam das experiências vividas pelas mulheres negras, não há o reconhecimento de que esses elementos práticos e simbólicos já estivessem presentes na cultura negra⁸⁵. Portanto, conforme essa autora caberia perguntar: “até que ponto o conceito ‘feminismo’ é suficiente para abarcar todas as mulheres, todo ativismo e toda luta?”.

Questionada sobre a existência de uma nítida distinção entre um feminismo hegemônico e aquele que vem sendo elaborado pelas mulheres negras, Lúcia nos diz que:

Tem... O Geledés trabalha com o conceito do feminismo clássico e resignifica na medida em que incorpora a questão racial. A gente não tem divergências de fundo com o feminismo. As divergências são, por exemplo: a questão da violência... quando você não inclui a questão da violência racial você deixa de fora uma população que não é contemplada e que não é minoria... Se você não fizer essa leitura do ponto de vista só da pobreza... se não incorpora o racismo como estruturante da desigualdade... você tem uma coisa falha... porque ele estrutura a desigualdade...

⁸⁵ Segundo Werneck (2005, p.29 e p.32), um exemplo de inspiração cultural para as mulheres negras, seria aquela da cultura *arkhè* cujos fundamentos se referem a um tempo cíclico e formas de existência vinculadas ao sagrado. Assim, destaca como representação simbólica significativa para as mulheres negras as Ialodês, as quais se referem à “representante das mulheres e alguns tipos de mulheres emblemáticas, líderes políticas femininas de ação fundamentalmente urbana”. Seria, então, a representante das mulheres que “falam por todas e participam das instâncias do poder”.

Dessa forma, podemos perceber que o discurso da diferença se institui para as afro-brasileiras feministas a partir do viés racial, mostrando suas prioridades teóricas e políticas e distinguindo-as de outros setores do campo feminista⁸⁶.

Como já dito anteriormente, além dessa problemática subjacente aos discursos das afro-descendentes, há, também, aquela contida nas estratégias identitárias, ou seja, a partir da desconstrução de imagens negativas que, por vezes, pode-se cair na essencialização e que o feminismo, historicamente, tem buscado combater (excetuando certas correntes essencialistas).

Essa questão se sobressai na fala de Vera, que ao demarcar as diferenças entre o feminismo branco e o das mulheres negras, nos diz:

Eu acho que o feminismo das mulheres negras é diferenciado porque ele sempre existiu. Então, se eu fosse pensar do ponto de vista “clássico” que as mulheres sempre buscaram seu espaço, seu lugar de igualdade na sociedade, um lugar de emancipação... todas essas coisas... as mulheres negras, em função da sua condição de escravidão, usaram esses valores pra sustentabilidade delas, da sua família, pra sua emancipação, pro seu empoderamento, para o empoderamento de sua comunidade e para o resguardo da família. Então, nós sempre trabalhamos, nós sempre fomos à rua, nós sempre fomos as quituteiras, as lavadeiras, nós sempre fomos os arrimos da família... não é? Dada, historicamente, a condição do homem negro que não tinha trabalho, nós tivemos que sair com as nossas competências, que eram próprias da escravidão, ou seja, nós que tivemos que sair pra essa emancipação, a igualdade, pra que o empoderamento ocorresse. Então, o nosso feminismo sempre ocorreu. É claro que o racismo impede que isso seja reconhecido... não é?... mas eu acho que hoje não... é uma situação reconhecida.

Exemplificam-se, assim, algumas potencialidades, bem como os limites da ideia de autoconstrução das subjetividades ou de uma identidade coletiva. Sua positividade encontra-se na valorização da experiência, nas possibilidades de mudança e de um ideal libertário que este discurso engendra. Por outro lado, aponta as limitações presentes no discurso da identidade como a naturalização de uma representação feminina.

Já Lúcia, ao comentar sobre a representação da mulher negra como “cuidadora”, guardiã da comunidade, desde os tempos da escravidão, nos diz que é necessário matizá-la, pois:

⁸⁶ Neste aspecto, essa posição diverge das posturas feministas ligadas às vertentes mais classistas do movimento feminista como a Marcha Mundial das Mulheres, as quais colocam a questão da pobreza das mulheres como questão fundamental a se enfrentar.

O problema é que esse cuidar acaba sendo travestido de obrigação... São duas coisas: o cuidar... elas cuidam dos filhos dos outros... entendeu... aquilo que seria “natural”, o cuidado, a preservação... porque isso não nasce assim... quer dizer, dá-se pelo processo da escravidão e da abolição... os homens são jogados na rua sem nada... então resta às mulheres cuidar porque elas vão ser quituteiras... etc... Eu costumo dizer que as mulheres negras desde sempre são chefes de família... é quase que tradição. Mas eu acho que assim: tem dois momentos... uma coisa é cuidar porque tradicionalmente por conta dessa coisa perversa que é a escravidão... etc... que a mulher se via obrigada... Não sei se dá pra ficar discutindo cultura e natureza... a mulher “naturalmente”... a mulher negra é cuidadora.

Essa agente questiona certa ideia essencialista, por vezes presente nos discursos das afro-brasileiras, enfatizando a necessidade de “tomar cuidado com o essencialismo”. Por outro lado, também ressalta que as mulheres negras são “[...] as responsáveis não só pelo cuidar, mas também pela preservação da cultura. Agora... onde é que isso imbrica com o feminismo... porque essas mulheres já eram naturalmente feministas”.

Para Lúcia, isto significa que, na prática, as mulheres negras “já eram naturalmente feministas...”, ou seja, desde a época da escravidão. Todavia, ainda segundo esta, “não dá também pra você ignorar que esse ‘naturalmente feminista’ também carecia de novos aportes que o movimento feminista traz...”.

Junto com essas ideias das especificidades culturais, inscritas na experiência das mulheres negras, as afro-brasileiras têm utilizado referências baseadas em uma espiritualidade ancestral para demarcar sua identidade. Em artigo recente, Carneiro (2007) nos mostra como o universo mítico do candomblé tem servido de fonte inspiradora e de resistência da cultura negra para estas, sobretudo por meio da figura das matriarcas negras. A autora salienta que os mitos constitutivos dessa religiosidade têm servido de exemplos para as organizações das militantes negras e para que essas resignifiquem seu presente.

4.3 Feminismo negro: uma identidade política em construção

O processo de organização feminista das afro-brasileiras permite mostrar de que forma e de quais ideias, essas, por meio de suas experiências históricas e do seu *status* atual tem proposto um modo singular de conceber o ideário feminista.

Nesse sentido, cabe ressaltar o eixo do discurso identitário feminista com o qual esse grupo de mulheres busca afirmar-se no campo feminista atual, ou seja, como essas têm delimitado a ideia de um “feminismo negro” pelas militantes afro-brasileiras.

De antemão, é necessário considerar a crescente fragmentação do movimento feminista em identidades feministas plurais. Nessa característica, vista sob um ângulo positivo, residiria a oportunidade das variadas autodefinições feministas, representando um sinal de sua força atual como movimento e como construção de novas subjetividades (Castells, 2000).

Partindo desse princípio, na diversidade dos feminismos estariam incluídas a auto-formação de uma identidade feminista das mulheres negras, sendo que nessa característica residiria uma das suas principais potencialidades. Pois se pensarmos, assim como Castells (2000, p. 235) na “autoconstrução da identidade não como a expressão de uma essência, mas a afirmação de um poder” e de um modo de ser que pode ser construído pelas mulheres, sem dúvida, estamos diante de várias e novas oportunidades. Portanto, através dessa visão, as reivindicações de múltiplas identidades feministas se constituem em estratégias fundamentais para as mulheres, pois parafraseando Castells (2000, p.35) “reivindicar uma identidade é construir poder”.

Por outro lado, no entanto, se levarmos em conta outros aspectos, as políticas de identidade podem ser vistas como problemáticas. Como enfatiza Fraser (2007, p.106), uma das polêmicas é pelo fato que essas, ao frisarem o não reconhecimento como um dano à identidade, acabam por enfatizar as formas de consciência individual ao invés das instituições e interações sociais. Somado a isso, paradoxalmente, esse modelo, elegendo a identidade do grupo como objeto de reconhecimento de uma identidade original e auto-afirmativa:

[...] submete os membros individuais a uma pressão moral a fim de se conformarem à cultura do grupo. Muitas vezes o resultado é a imposição de uma identidade de grupo singular e drasticamente simplificada que nega a complexidade das vidas dos indivíduos, a multiplicidade de suas identificações e as interseções de suas várias afiliações⁸⁷.

Portanto, esses são alguns dos desafios colocados para os movimentos sociais e culturais e suas demandas de políticas públicas, e em que as mulheres estão incluídas.

Consideramos que, para que haja avanços nesse debate, é necessária, num primeiro momento, a não omissão dessas discussões pelos grupos e agentes sociais.

⁸⁷ Além disso, para a autora, esse modelo reifica a cultura, na medida em que ignora as relações interculturais, resultando no separatismo e no enclausuramento dos grupos ao invés da interação. Dessa forma, “ao negar a heterogeneidade interna, o modelo de identidade obscurece as disputas, dentro dos grupos sociais, por autonomia para representá-los, assim como por poder. Consequentemente, isso encobre o poder das facções dominantes e reforça a dominação interna”. Ainda para a autora, “esse modelo da identidade aproxima-se muito facilmente de formas repressivas do comunitarismo”. Esta então propõe o reconhecimento baseado no modelo de *status*, ou seja, na paridade participativa (Fraser, 2007, p.107).

Nesse contexto, podemos observar que, a partir de uma perspectiva identitária, as militantes negras vêm construindo a ideia de um “feminismo negro”, através da defesa de que, em sociedades como a nossa, na qual se destacam as características multirraciais e pluriculturais, é necessário ter como eixo articulador das desigualdades o racismo (Carneiro, 2002). Para isso, cumpre destacar como este se fundamenta e se relaciona – para além das diferenciações de raça – às desigualdades e hierarquizações de classe e gênero. Assim, o objetivo das mulheres negras no tocante ao campo feminista tem sido o de “enegrecer o feminismo”, tendo este o significado de:

[...] demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas; a caracterização da violência contra a mulher, introduzindo o conceito de violência racial como um aspecto determinante das formas de violência sofridas pela metade da população feminina desse país que não é branca; a incorporação das enfermidades étnico-raciais e das enfermidades de maior incidência sobre a população negra, fundamentais para a formação de políticas públicas na área de saúde; introduzir, na crítica aos mecanismos de seleção e no mercado de trabalho, ou no critério da boa aparência como um mecanismo de manter as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras.

Por meio dessa defesa, sobressaem-se os princípios e os temas atuais considerados fundamentais para esse subcampo feminista, nos quais essa vertente tem se debruçado, considerando-os como primordiais para a agenda e propostas feministas. Portanto, são eleitos como essenciais, os temas da violência racial, da saúde, do mercado de trabalho, relativos às mulheres negras, confirmando assim aqueles temas do período inicial de suas organizações políticas.

Além dessas questões, atualmente é citada a necessidade de se estudar os “aspectos éticos e eugênicos”, ligados às pesquisas na área de biotecnologia, especialmente a da genética (Carneiro, 2007).

No que tange a outras problemáticas ligadas à vida das mulheres, Lúcia ressalta, por exemplo, o peso que a violência simbólica tem para as afro-brasileiras, na medida em que certas imagens, como as das empregadas domésticas e da mulata veiculadas pelos meios de comunicação, reforçam os estereótipos referidos a essas historicamente.

A esse ponto, somam-se ainda a importância das afro-brasileiras olharem com mais rigor para a violência dos homens negros, pois a organização atende “muitas mulheres negras, vítimas de violência cometidas por ativistas e militantes famosos do movimento negro...nós sabemos o que é isso...” Para esta portanto, tem que se combater “todos os homens negros e

milитantes que espancam, que desrespeitam...etc.” Dessa forma, descreve a importância desse problema pois “[...] havia mulheres do movimento negro que diziam que a gente não podia denunciar...quando a gente denunciava a violência a gente estaria indo contra os ‘pobres homens negros que são discriminados...coitados...’”.

Portanto, o tema da violência doméstica e sexual presente na vida das mulheres negras, é realçado como uma questão tão presente quanto polêmica. Nessa perspectiva, as afro-brasileiras acreditam que este deva ser redefinido por meio de um viés racial pois:

[...] é uma questão que não está bem conceituada até agora. A gente tem feito esforços nesse sentido, mas é uma proposta antiga...Porque se você não reconceitua você deixa de fora um segmento enorme...É interessante porque no atendimento às mulheres em situação de violência, você atende aqui, as vezes, dupla violência. Elas (as mulheres negras) são discriminadas dentro da delegacia da mulher pela questão racial...E tem um outro lado...não vamos falar nem dessa violência mais concreta...mas da violência simbólica que é o caos...então é essa necessidade de reconceituar...

Assim, para Lúcia, há a necessidade de se levar essa discussão da violência racial tanto para o interior do feminismo quanto para dentro do movimento negro porque é necessário dizer que “[...]os companheiros agriDEM...e essa discussão tem que ser levada para dentro do movimento negro porque não existe direitos humanos pela metade...Agora, você encontra resistência das próprias mulheres nos movimentos mistos...”.

Além de superar esse desafio, muitas vezes ofuscados e não explicitados, essa integrante citou outras lacunas contidas nas discussões das feministas negras, dizendo, por exemplo, que durante as primeiras décadas da militância feminista negra a questão do corpo não era muito discutida pelas mulheres negras no movimento.⁸⁸ Nesse aspecto também cita a dificuldade dessas discutirem por vezes, o aborto – dada a influência religiosa do candomblé. Todavia, para ela é fundamental a importância do direito de escolha das mulheres como uma questão de defesa do próprio corpo e, portanto uma luta feminista. Evidenciam-se desse modo, mesmo que de forma nuançada, as lacunas presentes no movimento dessas mulheres.

Estas podem ser ainda percebidas quando Lúcia relata aquilo que “acredita ser importante” para se definir uma identidade específica das mulheres negras, ou seja:

[...] o Geledés não tem uma história do feminismo negro...O Geledés é uma organização feminista e que portanto trabalha com todos os temas e com todos os fundamentos. Será que é isso? Pode ser... ou seja, do ponto de vista

⁸⁸ Além disso, esta acha que a “discussão sobre o prazer também sempre foi muito complicada para o próprio movimento feminista”.

do feminismo e não só com a questão identitária negra. A gente discute o sentido do feminismo...nós estamos discutindo por que resignificar esse feminismo hoje. O movimento feminista está num momento de se repensar...Ele traz novos desafios como a questão dos transexuais. Então, o Geledés não é uma organização negra simplesmente...é uma organização negra feminista e que portanto tem discutido e tem estado presente em todas as discussões que dizem respeito ao feminismo...a esse momento do feminismo. Então a questão identitária está colocada...é uma organização negra e eu acho que essas duas identidades são muito fortes, ou seja, negra e feminista e elas não estão dissociadas. Não são “mulheres negras feministas” ou “feministas negras”...é uma organização de mulheres negras feministas.

Por outro lado, no tocante à maneira como o tema do racismo e da mulher negra é abordado pelo campo feminista, militantes como Lúcia crêem que o tema da raça está colocado para o feminismo. Porém, esta destaca que:

Ele é tangenciado. Ele é colocado de maneira muito tangencial...Agora, se tem mulher negra lá e que faz a discussão qualificada...ele é entendido, ele é incorporado, ele é assimilado e essa é a grande diferença que eu coloco. [...] Uma coisa é estar simplesmente na mesa, a outra é sair do denunciismo e partir pra formulação política...e a outra é o convencimento através de uma discussão mais qualificada. Por que isso muda...isso muda. Você consegue trabalhar corações e mentes a partir do convencimento...por que pensa bem, era da informática, era da comunicação, da internet..etc...mudou...

Dessa forma, para esta, há o reconhecimento do tema racial - mesmo que limitado - pelo campo feminista, acreditando que através do discurso e de ações propositivas possa haver uma articulação desse campo político.⁸⁹ Além disso, é ressaltada a necessidade do feminismo manifestar-se por meio de práticas atuais de comunicação.

Lúcia também comenta certo “saudosismo” das grandes manifestações⁹⁰ pelo movimento social, fazendo uma crítica a essa posição, pois:

[...] Agora é outro momento...você não mobiliza vendendo botton, camiseta, fazendo churrasquinho, fazendo sardinhada na brasa...não é verdade...mudou e não mudou só por causa das ONGs, mudou o contexto todo. Então, tem um certo saudosismo de que vamos pra rua. Eu fiz um desafio: vamos...então nós vamos, como? Quem mobiliza, de que maneira se mobiliza?

⁸⁹No entanto, segundo esta há “uma briga incomensurável” para inserir o tema racial em espaços como o Fórum Social Mundial e na CUT. Já, grupos como a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras – AMB – incorporaram o anti-racismo no seu nome.

⁹⁰A autora se refere à Marcha Mundial das Mulheres como exemplo que representa, de “forma bem sucedida”, esse ponto de vista político.

Portanto, para as militantes afro-brasileiras, há um avanço no movimento feminista na medida em que este tem assumido a importância do tema racial. Assim, Vera também afirma:

Há esse reconhecimento. Tanto há que hoje há a necessidade de você fazer o recorte. Você não tem o Encontro Feminista que a discussão de raça/etnia não seja contemplada. Você tem a participação massiva das mulheres negras no Encontro. Então, isso dá o tom de como isso foi incorporado pelo movimento feminista “clássico” e como as mulheres negras também incorporaram a necessidade de fazer parte mais fortemente e de maneira organizada. [...] Esse último encontro mostrou as mulheres negras na organização do encontro e isso é histórico.⁹¹ Então eu acho que mudou muito...que caminhamos todos...

Ainda numa avaliação geral considera-se que o feminismo tem avançado na medida em que absorve a diversidade em suas fileiras. Dessa forma, Vera acredita que o ganho atual do movimento feminista é justamente o de:

[...] conseguir trazer para o interior do seu próprio movimento essa diversidade, trabalhar a questão. Eu acho que nós, mulheres negras também conseguimos fazer isso porque hoje nós temos desde as zeladoras de santo, até as lésbicas negras. Você tem a juventude negra, você tem as protestantes negras e tudo dentro de uma proposta que é feminismo negro.

Acreditamos que essa fala possibilita reiterar, todavia, o quanto o pressuposto da diversidade e da diferença pode criar uma sucessão de identidades feministas fragmentadas, dificultando ações mais amplas.

Por outro lado, para Lúcia, conforme diz em sua entrevista, somente o termo diversidade não garante que esta esteja realmente presente nos discursos e ações dos movimentos. Dessa forma o seu significado tem que ser explicitado, pois há “o risco de acabar com a especificidade de cada movimento...acabar com os movimentos identitários”.

No entanto, importa ressaltar, assim como Lúcia reforça em sua fala, que “a diversidade é a força do movimento”, sendo esta entendida também como um princípio de liberdade, pois segundo esta “o feminismo tem uma essência libertária” bem como “a igualdade...o respeito pelos direitos das mulheres”...

Cabe destacar que outras militantes feministas afro-descendentes têm analisado, a partir de outros ângulos, a questão identitária. Nesse sentido, Curiel (2003), militante

⁹¹ Trata-se do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe ocorrido em Serra Negra/SP, em outubro de 2005.

feminista afro-descendente e ativista lésbica, aponta que, sem dúvida, a identidade é um elemento importante para as mulheres negras afirmarem suas histórias e subjetividades. Todavia, essa visibilidade pode carregar elementos de folclorização, e, além disso, é necessário questionar se esses discursos e ações acabam com o racismo.⁹² Nessa perspectiva, ressalta, portanto, a necessidade de entender a luta contra o racismo como uma luta articulada com as questões de classe, contra o sexismo e a lesbofobia.⁹³ Assim, uma luta não reducionista enfatizaria a “descolonização” como uma forma de se opor “à autenticidade, à universalização e à generalização da experiência negra” (Curiel, 2003, p. 15). O que importa ressaltar aqui é que nessa perspectiva, há uma relativização das políticas de identidade e nesse sentido estas podem e devem ser tanto afirmadas quanto desconstruídas.

Nesse sentido, Carneiro (2005, p. 26) reitera a necessidade e a importância da afirmação da identidade das mulheres negras, no entanto corrobora a ideia de uma utopia que busque “[...] um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra”.

Esses seriam alguns dos caminhos e das ações pelas quais as afro-brasileiras organizadas vêm trilhando para delimitarem um discurso e uma representação política que possam servir como referência para as mulheres negras.

Num primeiro momento, observou-se então que a organização das afro-brasileiras motivou-se diante de uma invisibilidade como sujeito político tanto no movimento negro quanto no movimento feminista. Dessa forma, passou-se a defender um movimento autônomo das afro-brasileiras, pregando a estratégia política da dupla militância. De fato, como podemos observar, o número crescente de organizações de mulheres negras colocou no campo político, novos agentes sociais, novos questionamentos e particularidades.

Dessa forma, o grupo aqui pesquisado é um exemplo do modo pelo qual as afro-brasileiras têm buscado afirmar-se no campo político do feminismo. Podemos observar, assim, por meio dos discursos dessas mulheres, como estas vêm configurando uma identidade política específica. Baseando-se em suas experiências históricas e no delineamento de um

⁹² Curiel (2003, p.12) destaca esse aspecto ao comentar o ponto de vista de uma ativista negra, Sergia Galván, quando esta diz: “O chamar-se negra pode ser um elemento de força nos termos de visibilidade, porém não quero limitar-me em ser mulher negra. O racismo vai mais além de ser negra. É um reducionismo. O tema da identidade nos aliena e não te permite uma reflexão mais profunda do racismo. [...] A identidade não transgride nada, [...] não aprofunda a questão racial, folcloriza tudo o que tem a ver com o racismo”. Além disso para Curiel (2003, p.13) “os perigos da identidade é que essa pode gerar autosegregação, sectarismo e nacionalismo”.

⁹³ É desse modo, segundo a autora (Curiel, 2003, p. 15), que há a possibilidade de sair de uma lógica binária.

discurso da diferença as afro-brasileiras procuram o reconhecimento social da temática racial e de gênero.

Como foi observado, no que tange ao campo feminista, assim como outras organizações feministas, estas têm trabalhado com os temas relativos às mulheres, a partir de ações que visam a capacitação e o empoderamento das mulheres – direcionando-se especialmente às mulheres negras.

Pudemos perceber, através de discursos, de determinados projetos e das articulações políticas das afro-brasileiras, que essas mulheres vêm contribuindo para a afirmação de temas feministas como: a busca pela emancipação da mulher, a igualdade e a liberdade.

No entanto, embora por vezes não tão evidentes, sobressaem-se também as ambigüidades e os limites presentes nos discursos identitários, como, por exemplo, a essencialização do feminismo das mulheres negras.⁹⁴ Mas há também o reconhecimento, por parte dessas mulheres, desses temas inconclusos.

Portanto, sobressaem-se certas representações feministas criadas pelas afro-brasileiras para afirmarem seu ideário e suas práticas específicas, mostrando as possibilidades que estas comportam bem como suas contradições.

⁹⁴ Isto leva-nos a refletir como se pode questionar a identidade genérica das mulheres e não a identidade de gênero.

5 O DISCURSO DA AUTONOMIA: CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR

5.1 O Feminismo no campo religioso⁹⁵

A bibliografia sobre os movimentos feministas contemporâneos, como já frisado anteriormente, tem evidenciado as características multifacetadas e distintas desses movimentos, lembrando que os contextos em que emergem “moldam o movimento em uma série de formatos e discursos”. As potencialidades do feminismo estão, portanto, contidas em sua diversidade e na capacidade de adaptar-se às culturas e às idades (Castells, 2000, p. 229).

Um grupo que retrata a expansão e a pluralidade dos feminismos contemporâneos é a organização denominada Católicas pelo Direito de Decidir criada no Brasil em 1993.

Esse grupo foi formado a partir da reunião de mulheres católicas – ligadas às pastorais sociais - com movimentos de mulheres e feministas. Assim, a especificidade e a originalidade do grupo são marcadas pela possibilidade de articulação e diálogo entre o catolicismo e o feminismo. Definindo-se como um movimento autônomo de mulheres estabelece os seus fundamentos e diretrizes nas seguintes bases:

[...] Católicas pelo Direito de Decidir (CDD-Br) é uma organização não-governamental feminista de caráter ecumênico que busca justiça social e mudança de padrões culturais e religiosos vigentes em nossa sociedade, respeitando a diversidade como necessária à realização da liberdade e da justiça.

Desde a criação no Brasil, em 1993, CDD-Br promove os direitos das mulheres (especialmente sexuais e reprodutivos), e luta pela cidadania das mesmas e pela igualdade nas relações de gênero, tanto na sociedade como no interior das religiões, especialmente da católica.

Divulga o pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres, reconhecendo sua autoridade moral e sua capacidade ética de tomar decisões sobre todos os campos de suas vidas.

A ação de CDD desenvolve-se em articulação, no plano internacional, com a Rede latino-americana de CDDs e com CFFC (Catholics for a Free Choice). No plano nacional se articula especialmente com as entidades/pessoas do campo feminista e o movimento de mulheres, e também com universidades, setores progressistas da Igreja Católica e outras ONGs ligadas aos movimentos sociais”⁹⁶.

⁹⁵Agradecemos às integrantes do grupo pela gentileza no fornecimento das informações, fontes e pelas entrevistas concedidas.

⁹⁶ Disponível em: <http://www.catolicasonline.org.br/institucional.htm>. Acesso em: 26 jul. 2023.

Dessa forma, define em seu discurso, o objetivo de buscar os direitos das mulheres, a igualdade de gênero e a justiça social, enfatizando o respeito à diversidade, a luta pela cidadania e pela autonomia das mulheres.

A história de formação desse grupo permite-nos mostrar o crescimento das ideias feministas e da luta das mulheres por espaços de atuação e intervenção, tanto em esferas amplas da sociedade quanto em espaços específicos e historicamente patriarcais, como o da Igreja Católica.

A ideia de juntar mulheres católicas em uma nova organização surgiu na década de 1970, com um grupo de mulheres católicas dos Estados Unidos intitulado Catholics For a Free Choice (CFFC), buscando direitos básicos dentro da Igreja como: “liberdade religiosa, pluralismo e direito a dissentir”.

Desse modo, partiu-se da ideia de construção de uma identidade feminista e católica cujos princípios estavam vinculados fundamentalmente à ética e à moral (Rosado-Nunes; Jurkewicz, 2002).

Estas ideias passaram a ganhar espaço na América Latina, promovendo a formação, em 1987, da organização Católicas por el Derecho a Decidir, estando presente em outros países do continente. As organizadoras do movimento no Brasil indicam-nos que:

[...] Inicialmente trata-se de um grupo de mulheres católicas vinculadas ao trabalho de saúde, com a intenção de contribuir na reflexão e construção de uma ética da sexualidade e da procriação, baseada na justiça, comprometendo-se com a busca de dignidade e melhor qualidade de vida das mulheres (Rosado-Nunes; Jurkewicz, 2002, p.53).

Ao procurarem discutir temas específicos relacionados às mulheres, como a questão da procriação, partiram das dificuldades básicas e cotidianas das mulheres pobres, compreendendo a necessidade dos discursos e das práticas feministas atentarem para a realidade social de cada país e para a questão dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

A partir do objetivo de discutir o poder exercido pela Igreja Católica na realidade cultural dos países latino-americanos e na vida das mulheres, o movimento de Católicas compreende a necessidade de questionar o discurso teológico dominante da Igreja cujos princípios patriarcais subordinam as mulheres.

Desse modo, alia-se essencialmente ao feminismo em seu sentido histórico de desconstrução dos discursos hegemônicos patriarcais cujos princípios fundamentam secularmente a dominação masculina.

Em sua Carta de Princípios⁹⁷ o movimento de Católicas delimita o seu discurso, destacando o seu ideário feminista como:

[...] O direito das mulheres à autonomia e ao controle sobre seu próprio corpo e à vivência prazerosa de sua sexualidade sem distinção de classe, raça/etnia, credo, idade e opção sexual.

A capacidade moral que as mulheres e homens têm para tomar decisões sérias e responsáveis sobre suas vidas, e em particular no que se refere à sexualidade e à reprodução humana. A tradição teológica que reconhece a validade moral das decisões tomadas pelas mulheres no campo reprodutivo, desculpabilizando-as, inclusive quando querem abortar.

O respeito pela diversidade, a diferença e a pluralidade como necessárias à realização da liberdade e da justiça [...]

Portanto, o grupo reafirma princípios feministas como a autonomia, a liberdade e a diferença, enfatizando-os como eixos centrais em seus discursos e representações.

Além do mais, ao delimitar o respeito à diversidade e à diferença como um princípio essencial para a realização da liberdade e da justiça, o grupo passou a colaborar em campanhas que buscam o respeito à diversidade dos sujeitos.

Assim como outras ONGs, visa promover o “empoderamento” das mulheres, bem como o fortalecimento de espaços democráticos e participativos na sociedade brasileira. Dessa forma, as propostas e estratégias de atuação do grupo se voltam para:

[...] Sensibilizar e envolver a sociedade civil, principalmente os grupos que trabalham com serviços de saúde sexual e reprodutiva, educação, direitos humanos, meios de comunicação e legisladores sobre a necessidade de mudanças nos padrões culturais vigentes em nossa sociedade (Carta de princípios, Folder, 1996).

Para isso, a organização procura fortalecer seu trabalho de formação de multiplicadoras, investindo na realização de seminários temáticos, cursos e debates com grupos heterogêneos de mulheres.

Imprime-se nessas dinâmicas educativas a utilização de metodologias propostas pelas teorias feministas, ou seja, “procurando integrar o trabalho de reflexão, a vivência de emoções, a atenção com o corpo”, tendo em vista as “diferentes dimensões do ser humano”. (Relatório do I Seminário Temático de CDD/Br, 1995, p.02).

⁹⁷Referimos-nos à Carta de Princípios – Católicas pelo Direito de Decidir formulada em 1996 na cidade de Caxambu – MG, por ocasião da formação da Rede Latino-americana de CDD e que contou com a participação de oito países como: Peru, Colômbia, Uruguai, Bolívia, Argentina, Brasil, México e Chile.

Na medida em que nesses seminários tem-se um público diversificado de mulheres como: educadoras na área de saúde, agentes de pastoral, enfermeiras, médicos(as), professoras universitárias, estudantes de teologia, mulheres atuantes em clubes de mães e demais movimentos populares, entende-se essa heterogeneidade das participantes como uma potencialidade a ser explorada, ou seja, o respeito às diferenças individuais como um valor a ser assumido pelo grupo.

Ao trabalhar temas relacionados aos direitos das mulheres, especialmente sobre os direitos sexuais e reprodutivos, o grupo procura, nesses seminários e cursos, desconstruir temas tabus, advindos do pensamento cristão, especialmente da Igreja Católica.

Portanto, a sua originalidade reside no modo específico com o qual propõe debater - por meio de uma reflexão ético-religiosa - temas como a sexualidade, a reprodução humana, a maternidade, como direitos das mulheres em exercê-los de maneira livre.

Dentro dessas ações, o movimento de Católicas tem se destacado nos debates em torno da luta pela descriminalização e legalização do aborto.

Assim, junto com outros setores do campo feminista, a organização definiu seu campo de articulações e diretrizes em torno de propostas políticas como:

[...] Exigir do Estado o cumprimento dos compromissos assumidos pelos governos nas Conferências Mundiais organizadas pelas Nações Unidas realizadas no Cairo (1994) e Beijing (1995).

A implementação de programas de educação sexual, na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos.

A implementação de leis, políticas públicas e serviços de saúde acessíveis a todas as mulheres, especialmente às mulheres pobres, o efetivo gozo de sua saúde sexual e reprodutiva (Carta de Princípios, 1996).

Essa organização de mulheres defende a ideia de articular linhas de trabalho, como os direitos sexuais e reprodutivos e a livre opção de escolha das mulheres, e lançá-las em contextos de carências sociais históricas como o do Brasil. Desse modo, se propõe a lutar pela “emancipação e liberdade” das mulheres por meio da desconstrução de padrões culturais vigentes, sobretudo aqueles construídos pelo discurso religioso patriarcal. Como relata o grupo, em sua formação, acreditou na possibilidade de “[...] um discurso e uma prática de apoio a mulheres que, sem renunciar à experiência de fé afirmam sua autonomia e capacidade moral para tomar decisões relativas a todos os aspectos de suas vidas” (Rosado-Nunes; Jurkewicz, 2002, p.67-68).

Portanto, pode-se destacar a partir das referências históricas da formação desse grupo a delimitação de um discurso feminista, até então, original.

5.2 Feminismo e o Reconhecimento da Autonomia

Nas entrevistas concedidas pelas integrantes dessa organização podemos, além do resgate de sua formação, analisar o eixo do discurso e as principais ações feministas desse grupo.

Nesse sentido, além dos aspectos organizacionais e das propostas do grupo buscamos, sobretudo, o significado dos princípios feministas que estas defendem.

Dessa forma, no seu objetivo inicial, estava a ideia de juntar aos debates sociais e morais contidos nas propostas de setores progressistas da igreja, as discussões de questões específicas das mulheres.

Assim, segundo Ana em sua entrevista, algumas integrantes do grupo, passaram pela experiência das Comunidades Eclesiais de Base e pela militância em pastorais progressistas. E a ideia era “[...] propor uma abertura, a vivência e a construção de uma outra vivência das mulheres, mesmo estando dentro da igreja, ter a possibilidade de lutar pelo reconhecimento da autonomia...de fazer uma diálogo com a igreja”.

Para ela, o desafio foi grande dada a resistência de certas pastorais, como a Pastoral Operária, em entrar em temas polêmicos como saúde reprodutiva, sexualidade, convivência afetiva. Desse modo, conforme Clara, outra integrante do grupo:

[...] Sentia, que nesse processo de CEBs, Teologia da Libertação e tudo...as mulheres não tem um protagonismo, ou seja, tem um protagonismo de ação, mas não de tomar decisões. [...] Quer dizer, a gente está falando das contradições de classe, mas aqui, a gente não trabalha as contradições de gênero, as assimetrias, que naquele tempo não chamava nem de gênero.

Nesse período ainda, como Ana nos diz, foram iniciados os primeiros seminários temáticos sobre a história da sexualidade, concentrando-se posteriormente em assessorias e formação, tratando especialmente da temática do aborto, para fazer um contraponto ao discurso hegemônico da Igreja Católica.

Sabemos que a identidade religiosa do grupo impôs, para este, questionamentos por parte da sociedade e de setores feministas, ainda recorrentes. Dessa forma, ao referir-se à existência de contradição na ligação da religião ao feminismo, Ana acredita que:

[...] Não, eu acho que é muito interessante essa parceria ou essa adesão de parte de mulheres católicas ao feminismo. Na própria formação das católicas tem uma influência grande do feminismo...por que as católicas não se formaram somente com mulheres católicas, pois tinham mulheres do movimento feminista também. Foi uma discussão das mulheres que vinham da atuação dos movimentos sociais que eram ligados à igreja com mulheres que já eram do movimento feminista. E essa parceria, essa articulação eu acho que foi bastante construída...a ideia de que é possível às pessoas partilharem uma crença, mas preservarem a sua autonomia. Por que a grande luta do feminismo é pela autonomia, é pelo reconhecimento da cidadania plena das mulheres, é o respeito à fala da mulher, é o respeito às decisões éticas que as mulheres tomam.

Além de ressaltar a sua compreensão do que entende ser o significado central do feminismo, como a luta pela autonomia, esta integrante do grupo frisa a importância da junção do discurso religioso progressista ao discurso libertário do feminismo, pois o peso das religiões patriarcais na vida das mulheres ainda é grande. Dessa forma, o grupo questiona desde o início:

[...] o reconhecimento do espaço das mulheres no poder, dentro da igreja e da autonomia de decisão das mulheres sobre o próprio corpo, sobre sua vida...E aí essas ideias se articulam muito bem com as ideias do feminismo, especialmente esse feminismo do século XX que é a questão da autonomia pessoal, que é o direito sobre o corpo, [...] a decisão sobre as relações afetivas e sexuais, o direito à decisão sobre o número de filhos.

Define-se, assim, o conceito de autonomia como o princípio fundamental do feminismo. Para esta, “o direito de decidir é autonomia” e a originalidade de formação desse grupo é a reivindicação desse princípio por mulheres “ligadas a uma igreja, a uma religião”.

Em sua fala há, portanto, a reflexão de que não há uma contradição em aliar o discurso religioso ao discurso feminista, pois a capacidade de tomar decisões não se opõe aos princípios da doutrina cristã como “o amor ao próximo, solidariedade, respeito ao próximo...” Além disso, vê o reconhecimento por parte do feminismo de que é importante a articulação dessas bandeiras.

Nesse sentido, Clara também reafirma a ideia de que os princípios religiosos do grupo não se contradizem ao feminismo, pois argumenta que:

[...] um paradigma que a gente tem na ação e na forma de se definir é que somos católicas, feministas. E como movimento autônomo de pessoas, a gente não tem um vínculo orgânico com a igreja, de participação de paróquias ou na estrutura eclesial, mas que a gente tinha claramente um compromisso com o feminismo.

Além disso, esta integrante reconhece a importância de espaços feministas como as conferências, esferas de organização como as redes⁹⁸ e enfatiza que o objetivo do grupo é o de “somar com as organizações oferecendo a especificidade que nós temos”. Para Clara, também há o reconhecimento do trabalho de Católicas salientando que:

[...] o reconhecimento foi muito forte, de como através de um pensamento católico feminista, você consegue obter argumentos pra confrontar. Depois, eu penso que também, pra gente, sempre foi muito claro o lugar de Católicas dentro do feminismo, quer dizer, tem algumas questões que a gente não faz por que não é específico de nossa atuação.

Portanto há também a delimitação dos espaços de luta, enfatizando que os objetivos do grupo, em especial, são as lutas específicas.

Apesar da antiga polêmica da institucionalização do feminismo, o grupo acredita que, no contexto social de carências sociais presentes em nosso país, a luta das mulheres pelos direitos básicos como educação, trabalho, sobrevivência, confirma a necessidade de uma política feminista voltada para as políticas públicas. No entanto, isto não significa deixar de reconhecer as demandas de grupos autônomos e os limites da institucionalização. Esta, segundo Clara, é uma maneira, “é o caminho que se tem pra fazer mudanças”.

Esse grupo compreende que o papel de uma organização feminista é o de colaborar com as mulheres na busca da autonomia, entendendo-a como um princípio fundamental para as mulheres buscarem seus direitos. Dessa forma, Ana diz que o objetivo é:

[...] De incentivar o empoderamento das mulheres, quer dizer, fazer com que elas se sintam mais animadas a buscar essa autonomia, seja buscando formação profissional, seja buscando uma solidariedade pra romper com uma situação de violência [...] de incentivar as mulheres, de garantir que essas mulheres tenham mais elementos pra construir e assegurar essa autonomia.

Dessa forma, a organização tem investido, tal qual outros grupos, em iniciativas como o projeto “Promotoras Legais e Populares”, em que se propõe, a partir de uma metodologia de educação popular, como nos diz Ana, “tentar levar pra essas mulheres” a história do movimento de mulheres, do feminismo e da construção dos direitos humanos. O objetivo desses cursos, mesmo com um número reduzido de mulheres (cinquenta no máximo), é

⁹⁸ O grupo articula-se com a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, Articulação de Mulheres Brasileiras e Jornada Brasileira pelo Aborto Legal e Seguro.

segundo ela, investir na qualidade das lideranças pra que estas possam dar outra qualidade aos movimentos em que atuam.

A análise desse grupo permite mostrar algumas características e tendências discursivas que vem marcando o feminismo em nosso país. Além de mostrar as possibilidades da inserção do feminismo em outros campos de debate, da importância da desconstrução dos discursos fundamentalistas e patriarcais, também evidencia que a defesa dos direitos tem sido uma das bandeiras centrais do feminismo no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou explorar o universo de discursos e práticas do feminismo a partir da experiência de grupos feministas sediados em São Paulo.

Dessa forma, procuramos resgatar o percurso de organizações de mulheres que se inserem no subcampo político das ONGs, buscando revelar como determinados temas, propostas e ações têm sido expressas no espaço público.

Partimos do princípio de que, historicamente, o movimento feminista tem contribuído para ir além dos questionamentos políticos universais, sobretudo por politizar questões ligadas ao cotidiano, ao subjetivo, ao privado e às relações pessoais.

Assim, muitas mudanças ocorridas nas últimas décadas na vida das mulheres foram decorrência das lutas feministas. Todavia, esse fato não mereceu o devido reconhecimento. Ainda hoje, o movimento feminista tem que lutar para se mostrar necessário à sociedade. Por isso é importante a realização de estudos que busquem averiguar as propostas e as ações atuais nesse campo. Em função disso, devemos analisar como os diversos grupos feministas debatem questões derivadas do contexto social, político e econômico atual.

Consideramos que os grupos escolhidos para esse trabalho são representativos de aspectos historicamente discutidos no feminismo como, por exemplo, o debate em torno de ideias sobre igualdade e diferença, sobre autonomia e reconhecimento. Além disso, esses grupos evidenciam as problemáticas que envolvem o subcampo das ONGs feministas.

Os três grupos enfatizam em seus discursos as questões dos direitos das mulheres como uma questão de direitos humanos, buscando, assim, inseri-las nas instâncias políticas, ou seja, a partir de pressões por políticas públicas, ou por meio do reconhecimento da problemática do gênero nos movimentos sociais, demarcando, dessa forma, campos políticos a serem conquistados. Desse modo, busca-se a inserção do feminismo no movimento popular, partidário e sindical (SOF), no movimento negro (Geledés) e na Igreja (Católicas pelo Direito de Decidir).

Além disso, como se pode observar, as três organizações declaram em seus discursos a necessidade do feminismo se articular às demandas de gênero, classe, raça/etnia. Todavia, nos eixos dos discursos e das propostas desses grupos há a ênfase em torno de cada um desses aspectos.

Assim, a organização SOF demonstra a tendência que determinados setores do movimento assumem ao relacionar as questões feministas às lutas mais gerais da sociedade, como, por exemplo, aos movimentos anti-globalização e internacionalistas. Portanto, há a

defesa de unidade das lutas sociais, ressaltando, sobremaneira, as agendas políticas de outros movimentos. Nessa perspectiva considera-se que o feminismo deve estar de volta às ruas.

Por outro lado, há, também, o discurso de que o feminismo deva afirmar-se pelas lutas identitárias. Dessa forma, a organização de mulheres negras (Geledés) enfatiza a necessidade do reconhecimento de identidades específicas, levando para o interior do movimento feminista a problemática da diversidade dos grupos e dos sujeitos.

No entanto, como podemos notar, embora a estratégia de afirmação de uma identidade específica possibilite a desconstrução de imagens negativas dos grupos e dos sujeitos, implica, por vezes, na essencialização da figura feminina, ou do sujeito do feminismo.

A referência a uma identidade específica feminista está presente também no grupo Católicas pelo Direito de Decidir, cujos discursos enfatizam, sobretudo, a ideia de autonomia e o respeito às diferenças.

O que podemos considerar a partir dos discursos, das propostas e atuações desses grupos feministas é que eles enfatizam a questão dos direitos das mulheres, como também dos direitos humanos e da justiça social.

As representações e experiências desses grupos nos mostram, também, algumas tendências e matizes do discurso presentes no movimento feminista atual. Assim, como podemos observar, revelam tanto as potencialidades desses discursos e práticas como seus limites e contradições.

Entendemos que, ao mesmo tempo em que se expressam os limites contidos em seus discursos e em suas ações, essas ONGs colaboram para manter vivo o capital simbólico criado pelo movimento feminista.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, S. E. A Globalização” dos Feminismos Latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. *In*: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: Novas Leituras. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000. p. 383-426.
- ALVAREZ, S. E. Feminismos Latino-americanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.6, n. 2,1998.
- ARANTES, P. E. Esquerda e direita no espelho das ONGs. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n. 27, 2000.
- ARAÚJO, M. P. N. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BEBBINGTON, A. Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimento sobre as ONGs na América Latina. *In*: HADDAD, S. **ONGs e universidades**: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: ABONG, 2002. p. 93-118.
- BENHABIB, S.; CORNELL, D. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- BESSE, S. **Modernizando a desigualdade**: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil - 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.
- BORDO, S. O corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault. *In*: JAGGAR, A.; BORDO, S. (org.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1988. Capítulo 1.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. 3. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001b.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, S. A força das mães negras. **Le Monde Diplomatique**, Paris, ano 1, n.4, nov. 2007.
- CARNEIRO, S. Ennegrecer al feminismo: la situación de la mujer negra em América Latina desde uma perspectiva de género. **Nouvelles Question Féministes**, Lausanne, v.24, n.2, 2005.

- CARNEIRO, S. Gênero e Raça. *In*: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S.(org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas; Editora 34, 2002.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COLLIN, F. Du Moderne au Pós-Moderne. **Cahiers GEDISST**, Paris, p.7-26,1995.
- CURIEL, O. Identidades Esencialistas-O construccion De Identidades Políticas: El dilema de las feministas negras. 2003. Disponível em: www.creatividadfeminista.org/articulos/fem_2003negras.htm. Acesso em: 20 maio 2006.
- DELPY, C. Patriarcat (Théories Du) *In*: COLLIN, F.; HIRATA *et al.* **Dictionnaire Critique du féminisme**. Paris: PUF, 2000. p. 141-146.
- FARGANIS, S. O feminismo e a reconstrução da ciência social. *In*: JAGGAR, A.; BORDO, S. (org.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988. p.224-240.
- FERNANDES, R. C. O que é terceiro setor. *In*: OSCHÉ, E. **3ºSetor: Desenvolvimento Social Sustentado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FLAX, J. Pós-Modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.) **Pós-Modernismo e Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-250.
- FRASER, N. Reconhecimento Sem Ética? **Lua Nova**, São Paulo, v.70, p.101-138, 2007.
- FRASER, N. Políticas Feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. *In*: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002. p.59-78.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.
- GOLDBERG, A. Feminismo no Brasil Contemporâneo: o percurso Intelectual de um Ideário Político. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 42-47, 2 sem. 1989.
- GONH, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil: Movimentos Sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GONH, M. da G. (org.) **Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HADDAD, S. **ONGs e Universidades: Desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: ABONG, 2002.
- HAHNER, J. E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARDING, S. **L'instabilité des catégories analytiques de la théorie féministe**. 1991.

Disponível em: http://multitudes.samizdat.net/spip.php?article170&var_recherche. Acesso em: 25 nov. 2006.

HOBBSAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX**. 2.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

IRACI, N. **Feministas: Beijing + 10 – Relatório e Documentos sobre a Reunião da 48, a Reunião da OSW e os processos de Beijing +10**. 2005. Disponível em: www.feministasbeijing10.org.uy. Acesso em: 25 nov. 2006.

JAGGAR, A. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. *In*: JAGGAR, A.; BORDO, S. (org.) **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988. p.157-185.

JELIN, E. Mulheres e Direitos Humanos. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 117-149, 1994.

KURZ, R. **Os últimos combates**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

LANDIM, L. Múltiplas Identidades das ONGs. *In*: HADDAD, S. **ONGs e universidades: Desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: ABONG, 2002. p.17-50.

MEIHY, **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1998.

MORAES, M. L. Q. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 11, 2000.

MORAES, M. L. Q. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998.

MORAES, M. L. Q. **A experiência feminista dos anos 70**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1990.

OLIVEIRA, F. Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização. *In*: HADDAD, S. **ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: ABONG, 2002. p. 51-62.

OLIVEIRA, F. Brasil: da pobreza da inflação. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n. 27, maio 2000.

ROWBOTHAM, S. Entrevista com Sheila Rowbotham. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, 1998.

RUBIN, G. L'Economie Politique du Sexe : Transactions sur les femmes et système de sexe/genre. **Cahiers du Cedref**, Paris, n. 7, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B. Diferença ou Indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. *In*: GODINHO, T; SILVEIRA, M. L. (org.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo, 2004. (Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, 8). p.35-42.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. *In*: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**; o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SCAVONE, L. Estudos de Gênero e feministas: um campo científico. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., Caxambu, MG. **Anais [...]**, Caxambu, 2007.

SCAVONE, L. **Dar a vida e cuidar da vida**: Feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005.

SCHERER-WARREN, I. Redes e Sociedade Civil Global. *In*: HADDAD, S. **ONGs e universidades**: Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: ABONG, 2002. p.63-92.

SCHOLZ, R. **A Nova Crítica Social e o Problema das Diferenças**. 2004. Disponível em: <http://www.exit-on-line.org/>. Acesso em: 16 out. 2006.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, jan./abr. 2005.

SCOTT, J. **A cidadã paradoxal**: As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul./dez. 1990.

SHUMAHAR, M. A.; VARGAS, E. Lugar no Governo: álbi ou conquista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.1, n. 2, 1993.

SOARES, V. Movimento Feminista: Paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. esp. 2. sem. 1994.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THERBORN, G. **Sexo e poder: A família no mundo – 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

VARIKAS, E. **Féminisme, modernité, postmodernisme: pour um dialogue des deux cotés de l'océan**. 2004. Disponível em: <http://www.multitudes.samizdat.net/article.php3>. Acesso em: 11 mar. 2006.

WERNECK, J. De Ialodês y Feministas: Reflexiones sobre la acción política de las mujeres negras em América Latina y El Caribe. **Nouvelles Question Féministes**, Lausanne, v. 24, n.2, 2005.

YOUNG, I. M. A Imparcialidade e o Público Cívico: Algumas Implicações das Críticas Feministas da Teoria Moral Política. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. **Feminismo como crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARRUDA, Â. Representações Sociais e Movimentos Sociais: Grupos Ecologistas e Ecofeministas do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, A. S. P; OLIVEIRA, D. C. (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: Editora AB, 1988.

BADINTER, E. **Rumo equivocado**: O feminismo e alguns destinos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BECK, U. **Liberdade ou capitalismo**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

BORDO, S. A feminista como o outro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, 2000.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. *et al.* **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHARTIER, R. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n.11, 1991.

CHARTIER, R. **A história cultural**: Entre Práticas e Representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FALQUET, J. Trois questions aux mouvements sociaux « progressistes » : Apports de la théorie féministe à l'analyse des mouvements sociaux. **Nouvelles Question Féministes**, Lausanne, v.24, n.3, 2005.

FALQUET, J.; LE DOARÉ, H. Les mouvements des femmes en Amérique Latine: un questionnement exogène. Disponível em: http://multitudes.samizdat.net/spip.php?article170sfvar_recherche. Acesso em: 27 nov. 2007.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: A vontade de saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002. v.1.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, Campinas, n.27, p.13-34, jul./dez. 2006.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. In: CPMBES, D. *et al.* **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KURZ, R. Virtudes Femininas: A crise do feminismo e o management pós-moderno. In: KURZ, R. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2004.

LAURETIS, T. A Tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.). **Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MURARO, R. M.; BOFF, L. **Feminino e masculino: Uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.

PERROT, M. Michel Foucault et l'Histoire des femmes. *In*: PERROT, M. **Les femmes ou les silences de l'histoire**. Paris: Flammarion, 1998. p. 413-425.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

PIERUCCI, A. F. Ciladas da Diferença. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n.2, 1990.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PLANTÉ, C. **Questions de différence**. Disponível em: http://multitudes.samizdat.net/spip.php?article994&var_recherche. Acesso em: 25 maio 2006.

SAMARA, E. M.; SOIHET, R.; MATOS, M. I. S. **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: Educ, 1997.

SANTOS, Boaventura de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v.63, p. 237-280, out. 2000.

SARTI, C. Feminismo e Contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.16, 2001.

SCOTT, J. História das mulheres. *In*: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas Perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

SOARES, V. **Muitas faces do feminismo no Brasil: Mulher e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STEPAN, N. L. Raça e Gênero: O papel da analogia na ciência. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.). **Tendência e Impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

TAHON, M-B. **Sociologie des rapports de sexe**. Ottawa: Presses Universitaires de Rennes/ Les Presses De L'Université d'Ottawa, 2003.

SPIVAK, G. Quem reivindica a alteridade? *In*: HOLLANDA, H. B.(org.). **Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ORGANIZAÇÕES

SOF – Sempre Viva Organização Feminista:

Plano de Trabalho - 1980

Plano de Trabalho - 1990

Plano de Trabalho – 1992

Plano Trienal – 1997-1999

Plano Trienal – 2003-2005

Relatório – 1991

Relatório – 1999

Boletim Mulher e Saúde – Maio de 1994 a Março de 2002

Boletim Folha Feminista – março de 1999 a dezembro de 2005

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra

Cadernos Geledés – N°04, 1993

Cadernos Geledés – N°5, 1995

Revista da Articulação de ONGs de Mulheres Brasileiras - n°01, 2003

Católicas pelo Direito de Decidir – CDD-Brasil

Relatório do I Seminário Temático de CDD/Br, 1995.

Cadernos n°04, 2004

Cadernos - Edição de Aniversário, 2004

Cadernos n°11, 2006

Folder - Carta de Princípios, 1996

Folder – Carta Aberta de Católicas pelo Direito de Decidir, 2001